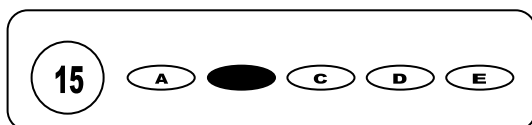




Cargo: Prof^o das Séries Iniciais – Ens. Fundamental

CONCURSO PÚBLICO 01/2009 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO

- Para fazer a prova você usará este caderno e um cartão-resposta.
- Verifique, no caderno de provas, se faltam folhas, se a seqüência de questões no total de **30 (trinta)**, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique, imediatamente, ao fiscal qualquer irregularidade.
- O cartão resposta é o documento único e final para correção eletrônica. Não amasse, não dobre, não rasure o seu cartão resposta.
- A adequada marcação deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta **azul ou preta**, é de inteira responsabilidade do candidato, sendo este o documento válido para a correção das questões da prova.
- Para cada questão são apresentadas **5 (cinco)** alternativas diferentes de respostas (**A, B, C, D e E**). Apenas **uma** delas constitui a resposta **correta** em relação ao enunciado da questão.
- Suponha que a questão nº 15 tenha a resposta B como correta.
 - Veja como marcar esta resposta.



- Deve-se estar atento para:
- Não rasurar o cartão resposta, pois não será fornecido outro cartão
- Não escrever no verso do cartão resposta
- Preencher completamente o espaço reservado a marcação da resposta correta
- Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco no verso de suas folhas de prova;
- Considerar-se-á excluído do processo seletivo do concurso o candidato que:
- Tornar-se culpado de incorreções ou descortesia com qualquer membro da equipe encarregada da realização da prova;
- For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito, ou por qualquer outra forma;
- For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- Ausentar-se da sala de prova, antes da entrega do cartão de resposta e de assinar a ata de presença;
- Recusar-se a proceder a identificação de seu cartão resposta, devidamente assinado no espaço próprio.
- Aos fiscais não existe a autorização para emissão de esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do candidato.

BOA SORTE

1. Sobre a Educação em Direitos Humanos é incorreto afirmar:

- a) A educação em direitos humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se envolve no processo ensino-aprendizagem.
- b) A educação, no entendimento dos direitos humanos, deve ocorrer na comunidade escolar em interação com a comunidade local.
- c) Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa.
- d) A educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação.
- e) A prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter disciplinar, com o ensino linear das ementas no currículo de História, Filosofia e Sociologia.

2. Sobre a Lei 10.639/2003 é incorreto afirmar:

- a) Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica
- b) Foi regulamentada por meio da Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- c) É uma tentativa de estimular o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- d) Recebeu um Grupo de Trabalho instituído por portaria interministerial que tem como objetivo elaborar documento do Plano Nacional de Implementação e Acompanhamento da Lei 9.496/1996, alterada nos seus artigos 26 A e 79 B pela Lei 10.639/2003.
- e) Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.496/1996.

3. "O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos (ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os (as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações". Essa é uma concepção que consta:

- a) Na lei de Diretrizes e Bases da Educação
- b) No decreto nº 4834.
- c) No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- d) Nos Parâmetros Curriculares Nacionais
- e) No decreto nº 5475

4. Sobre o uso de Novas Tecnologias no processo ensino-aprendizagem, podemos afirmar:

- I. Ao aproveitar os meios tecnológicos em sala, o professor possibilita ao aluno maior autonomia em sua aprendizagem e viabiliza um aprendizado dinâmico e atualizado constantemente.
- II. Um dos maiores fatores de resistência ao uso de tecnologias no ensino é a ausência de formação específica para os docentes que, muitas vezes, não conseguem transpor didaticamente o conhecimento tecnológico de que dispõem.
- III. Com as redes de computadores e as novas tecnologias de comunicação, os estudantes aprendem a pensar como cidadãos da "aldeia global", vendo o mundo, e o seu lugar nesse mundo, de uma forma bastante diferente da dos seus pais.

Está (ao) correta (s):

- a) Apenas I e III
- b) Apenas I e II
- c) I, II e III
- d) Apenas I
- e) Apenas III

5. A inclusão pedagógica implica:

- I. Reconhecimento, no campo das ações curriculares e da avaliação, de que todos podem construir conhecimento e de que o reconhecimento da singularidade de cada um na sala de aula ou em qualquer outro ambiente educativo pode se constituir em possibilidade de enriquecimento de todos e não de competição e julgamento.
- II. Possibilitar uma experiência para crianças, jovens e adultos em que se reconheçam como portadores de possibilidades.
- III. Construir ambientes e situações educativas que proporcionem aprendizagem e aproxime a escola do objetivo de realizar a educação como prática da liberdade.

Está (ão) correta (s)

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II
- c) Todas
- d) Apenas II e III
- e) Apenas III

6. A realização da democracia pode ocorrer nas escolas e nos sistemas educacionais por meio dos vários canais existentes, muitos dos quais consagrados em lei. Fazem parte da relação desses canais, exceto:

- a) Conselhos Escolares
- b) Grêmios Estudantis
- c) Conselhos Municipais
- d) Associação de Comunidade
- e) Conselho do FUNDEB

7. Sobre avaliação de competências é correto afirmar:

- I. A avaliação das aprendizagens envolve atividades, técnicas e instrumentos de avaliação que permitem ao avaliador verificar se o aluno adquiriu os tais conhecimentos, capacidades, atitudes.
- II. a observação de certas competências do aluno se dá na observação dos seus **saberes postos em ação**.
- III. A avaliação é uma atividade eminentemente **empírica** e que o avaliador, para verificar a aprendizagem, precisa convocar o aluno para que este manifeste ou aja de algum modo empiricamente acessível.
- IV. Chamamos competência o saber do aluno testado e verificado pelo professor como aprendido. Por isso, a classificação “conteúdos” e “competências” denota o mesmo saber.

Estão Corretas:

- a) I, II e III b) I, II e IV c) Apenas I e IV d) Apenas III e IV e) Apenas I e II

8. A avaliação escolar, numa perspectiva mediadora, contempla:

- I. Instrumentos capazes de mensurar o saber anterior e posterior ao ano letivo.
- II. Ferramentas quantitativas e qualitativas, cumprindo as diretrizes da LDB.
- III. Instrumentos que apontem progressos e dificuldades, a fim de replanejar a prática.

Está (ão) Correta (s):

- a) Apenas I b) Apenas II c) Apenas III d) Apenas I e III e) Apenas II e III

9. Uma linha comum de atuação para os docentes, discentes, técnicos, gestão e pais de alunos viabiliza um trabalho coeso e eficiente para o processo ensino-aprendizagem. Isso é possível através de:

- a) Projeto Político Pedagógico c) Associação de Pais e Mestres e) Reuniões ordinárias na escola
b) Planejamento Estratégico de aula d) Planejamento docente

10. Considerando a inclusão, a autonomia e a qualidade social, podemos afirmar que o Projeto Político Pedagógico:

- I. Elabora a reflexão didática a partir das experiências concretas, a fim de melhor preparar as atividades pedagógicas.
- II. Promove as discussões acerca de currículo, metodologia e didática de ensino.
- III. Discute temas “delicados” como receber crianças com necessidades específicas, buscando soluções para sua permanência ou remoção.

Está (ao) Correta (s):

- a) Apenas I b) Apenas I e II c) Apenas I e III d) Apenas III e) Apenas II

Leia o texto I abaixo:

NÃO FALTA TECNOLOGIA, FALTAM LEIS.

Por Adriana Dias Lopes e Naiara magalhães

Do ponto de vista da tecnologia e da capacitação de seus profissionais, a medicina reprodutiva praticada hoje no Brasil se equipara à dos maiores centros internacionais. Os recursos utilizados na maioria das 200 clínicas existentes no país são os mesmos, por exemplo, do Instituto de Medicina Reprodutiva da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, ou do Instituto Valenciano de Infertilidade, na Espanha. Na prática, isso significa que a chance de uma brasileira ter um bebê depois de se submeter a um tratamento de fertilidade é idêntica à de uma americana ou de uma espanhola com problemas de saúde semelhantes aos dela. Para se ter ideia do avanço dessa área médica, uma paciente com 35 anos que passa por um processo de fertilização tem 40% de probabilidade de engravidar na primeira tentativa – o dobro da de um casal saudável pelos métodos naturais. Do ponto de vista legal, no entanto, a medicina reprodutiva brasileira não está sujeita a leis que coíbam a realização de procedimentos aéticos, tais como aqueles dos quais o médico Roger Abdelmassih é acusado.

Não existe no Brasil uma legislação que regulamente a reprodução assistida. A única lei que faz menção ao assunto é a da Biossegurança, de 2005. Criada para normatizar as atividades que envolvem organismos geneticamente modificados e a pesquisa com células-tronco embrionárias, a Lei de Biossegurança resvala na prática da medicina reprodutiva ao dispor sobre a doação para pesquisas clínicas dos embriões gerados pela fertilização in vitro – quando o óvulo é fecundado em laboratório. Há também uma resolução de 2006, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que estabelece as condições técnicas de funcionamento dos bancos de sêmen, óvulos e embriões. A única regulamentação específica para a reprodução assistida é uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), de 1992. É ela que serve de parâmetro para a atuação dos profissionais e dá subsídios para que os conselhos regionais responsabilizem os médicos por eventuais erros ou comportamentos duvidosos. As sanções previstas pelo CFM vão de uma simples advertência à cassação do registro profissional, o que impede o acusado de exercer a profissão. "Como a resolução não tem poder de lei, um juiz não pode usá-la para criminalizar condutas médicas nesse campo", diz Reinaldo Ayer, coordenador da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

No dia a dia das clínicas brasileiras, a única bússola que norteia os procedimentos são os escrúpulos – ou a falta deles – dos especialistas. É muito fácil driblar as poucas normas existentes. Um exemplo é o uso de óvulos alheios. Pela regulamentação do CFM, só é permitida a doação de óvulos de forma anônima, com o consentimento expresso da doadora e sem remuneração. Como são poucas as mulheres que se dispõem a doar, a procura por óvulos é sempre maior do que a oferta. "Temos uma fila de espera de cinquenta pacientes", diz Edson Borges, diretor clínico do Centro de Fertilização Assistida Fertility, em São Paulo. Nas clínicas que não são sérias, essa é uma questão simples de ser solucionada: recorre-se aos óvulos que sobram de outros tratamentos sem que se informe sua dona.

Revista Veja, edição 2127, ano 42 nº 34, 26 de agosto de 2009.

11. Sobre o texto é correto afirmar que:

- I. A expressão “do ponto de vista” utilizada no início do 1º parágrafo funciona como um marcador linguístico que restringe a abordagem da informação.
- II. A expressão “por exemplo”, escrita no primeiro parágrafo, retoma, numa tentativa de contiguidade o termo “país”.
- III. O pronome ISSO em “isso significa que a chance...” é um elemento anafórico que retoma, na progressão temática do texto, o fato de os recursos utilizados em nossas clínicas serem idênticos aos utilizados em outros países.

- a) I e II estão corretas
- b) I e III estão corretas
- c) I, II e III estão corretas.
- d) Apenas III está correta
- e) Apenas I está correta

12. Em “...do Instituto de Medicina Reprodutiva da Universidade Cornell, nos Estados Unidos, ou do Instituto Valenciano de Infertilidade, na Espanha” o conectivo OU mantém uma relação semântica de:

- a) Exclusão
- b) Improbabilidade
- c) Possibilidade única
- d) Inclusão
- e) Alternativa

13. Leia a frase abaixo;

CADA PAÍS DESENVOLVE A TECNOLOGIA QUE LHE CONVÉM.

Observando a frase acima, podemos afirmar que o conectivo QUE, presente nela, tem emprego distinto na alternativa:

- a) “Não está sujeita as Leis que coíbam a realização de procedimentos”
- b) “A única lei que faz menção ao assunto”
- c) “A única bússola que norteia os procedimentos”
- d) “Isso significa que a chance de uma brasileira”
- e) “Como são poucas as mulheres que se dispõem a doar”

14. Sobre a pontuação do texto, analisando seu emprego e o sentido provocado por ela, podemos afirmar:

- I. O travessão utilizado no primeiro parágrafo separa uma explicação do termo anterior.
- II. Em “Do ponto de vista legal, no entanto, a medicina reprodutiva” as vírgulas separam uma conjunção coordenada intercalada conclusiva.
- III. O travessão utilizado no segundo parágrafo separa um comentário complementar que auxilia na argumentação do autor sem, no entanto, ter um caráter exclusivamente explicativo.

- a) Apenas I está correta
- b) Todas estão corretas
- c) Nenhuma está correta
- d) Apenas I e III estão corretas
- e) Apenas I e II estão corretas

15. O autor utiliza a expressão “procedimentos aéticos”. No texto essa expressão significa:

- a) Procedimentos antireligiosos
- b) Procedimentos desconformes com a prática medicinal
- c) Procedimentos em conformidade com o conselho de medicina
- d) Procedimentos que desobedecem o previamente estabelecido em lei
- e) Procedimentos que desobedecem a moral dos médicos competentes e éticos

16. A expressão “reprodução assistida” é composta por:

- I. Substantivo e por um verbo que exerce função adverbial, modalizando o termo.
- II. Substantivo e adjetivo que qualifica o termo.
- III. Substantivo e adjetivo que deve ser compreendido como ato de normatizar, notar e observar.

- a) Apenas I está correta
- b) Apenas I e III estão corretas
- c) Apenas I e II estão corretas
- d) Apenas II está correta
- e) Apenas III está correta

17. “A Lei de Biossegurança resvala na prática da medicina reprodutiva ao dispor sobre a doação para pesquisas clínicas dos embriões...”

O trecho acima utiliza as palavras “resvala” e “dispor” como, respectivamente:

- a) Deslizar - sentenciar
- b) Escorregar – aprontar
- c) Tropeçar – desarmar
- d) Emperra – rematar
- e) Recupera – desmontar

18. Em “Como a resolução não tem poder de lei, um juiz não pode usá-la para criminalizar condutas médicas nesse campo” temos uma oração que se inicia com uma conjunção que mantém uma relação semântica de:

- a) Comparação
- b) Conformidade
- c) Consequência
- d) Causa
- e) Concessão

19. Em “Há também uma resolução de 2006” temos como correta (s):

- I. Há um verbo impessoal, impossibilitado de ir para o plural, mesmo alterando o restante para “duas resoluções”.
- II. Há um elemento de coesão que pressupõe outras resoluções no texto.
- III. Há uma oração composta apenas por predicado, o que confere ao texto uma impessoalidade.

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II
- c) I, II e III
- d) Apenas I e III
- e) Apenas II

20. Considerando o gênero textual do texto I e suas características, podemos afirmar que a linguagem utilizada é, em sua maioria, denotativa. Isso só não ocorre em:

- a) A única bússola que norteia os procedimentos são os escrúpulos
- b) Como são poucas as mulheres que se dispõem a doar
- c) Temos uma fila de espera de cinquenta pacientes
- d) As leis que coíbam a realização de procedimentos
- e) Um exemplo é o uso de óvulos alheios

21. Vovô Moacir ganha uma quantia em dinheiro de R\$ 1.890,00 e resolve dividir com os seus 3 netos. Gutemberg recebeu 80% da quantia de Mateus e Otavio recebeu 90% da quantia de Gutemberg. Podemos garantir que Mateus recebeu o valor de:

- a) R\$ 640,00
- b) R\$ 750,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 580,00
- e) R\$ 700,00

22. Robertinho estava treinando para maratona de São Silvestre, ao executar o seu percurso, observou que sua velocidade média foi de 18 km/h e o tempo do percurso foi exatamente, 32 minutos. Pretendendo reduzir o tempo gasto para 24 minutos, qual será sua velocidade média?

- a) 19 km/h
- b) 20 km/h
- c) 22 km/h
- d) 24 km/h
- e) 26 km/h

23. Considerando que uma empresa de cosméticos tenha 1/3 dos funcionários com idade menor que 30 anos, 1/4 com idade entre 30 e 40 anos e 40 funcionários têm mais de 40 anos. Nessa situação podemos garantir que essa empresa tem:

- a) 84 funcionários
- b) 96 funcionários
- c) 98 funcionários
- d) 88 funcionários
- e) 102 funcionários

24. Dona Dilma pretende comprar um terreno, cujo preço do m² custa R\$ 150,00, para concretizar a compra, ela possui a quantia de R\$ 75.600,00. Considerando que os custos para obter a documentação do imóvel oneram o comprador em 5% do preço do terreno, qual deve ser a área máxima que a pessoa pode adquirir com o dinheiro que ela possui?

- a) 360 m²
- b) 380 m²
- c) 420 m²
- d) 460 m²
- e) 480 m²

25. Sr. Jurandir pretende repartir 360 reais entre seus dois filhos, diretamente proporcional à idade de cada um. O primeiro filho a nascer tem 18 anos e o segundo 6 anos. Podemos garantir que o filho mais velho recebeu:

- a) 270
- b) 240
- c) 90
- d) 180
- e) 120

26. Observe o enunciado abaixo e responda:

“É um corpo celeste muito semelhante a um planeta, dado que orbita em volta do Sol e possui gravidade suficiente para assumir uma forma com equilíbrio hidrostático (aproximadamente esférica), porém não possui uma órbita desimpedida, orbitando com milhares de outros pequenos corpos celestes.”

Estamos nos referindo a:

- a) Asteróide
- b) Planeta Anão
- c) Cometa
- d) Via Láctea
- e) Meteoro

27. Em relação a composição da Terra, enumere a 1ª coluna de acordo com a 2ª, e assinale a seguir a alternativa que apresenta a seqüência correta:

- (1) Atmosfera () É a camada de água que, em forma de oceanos, cobre 70,8% da superfície terrestre.
- (2) Litosfera () É a cobertura gasosa que rodeia o corpo sólido do planeta.
- (3) Hidrosfera () Forma o interior da terra e constituem a maior parte de sua massa.
- (4) Manto e Núcleo () É composta principalmente pela fria, rígida e rochosa crosta terrestre, estende-se até uma profundidade de 100 km.

- a) 4, 1, 3, 2
- b) 3, 2, 4, 1
- c) 4, 3, 2, 1
- d) 3, 1, 4, 2
- e) 2, 3, 1, 4

28. Para viabilizar o projeto colonizador nas terras brasileiras o controle administrativo da metrópole portuguesa entregou a gente da nobreza, da burocracia e do comércio quinze quinhões conhecidos como:

- a) Lotes.
- b) Feitorias.
- c) Sesmarias.
- d) Colônias de povoamento.
- e) Capitânicas Hereditárias.

29. O período regencial no Brasil estendeu-se desde a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 até o juramento de D. Pedro II perante a Assembléia do Império, em 23 de julho de 1840. Sobre este período afirma-se:

- I. Pode-se dizer que o período regencial é marcado pelas primeiras experiências republicanas no Brasil, onde os membros do poder Executivo eram eleitos.
- II. No período da abdicação de D. Pedro I, seu sucessor, D. Pedro II, ainda possuía a idade de 5 anos, e a Constituição de 1824 previa a eleição de um regente, caso o imperador estivesse impossibilitado de governar. Como o herdeiro era menor de idade, a Assembléia Geral viu-se forçada a eleger tal regente.
- III. O período regencial é dividido em três regências. Pelo Ato Adicional de 1834 substituiu-se a Regência Una por uma Regência Trina, tirava-se a autonomia das províncias e criava-se o Conselho de Estado.
- IV. Simultaneamente, neste período ocorreram várias rebeliões populares orientadas aos ideais democráticos de descentralização do poder. Estas rebeliões foram a Cabanagem (1834-1840), a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1841) e a Guerra dos Farrapos (1835- 1845).
- V. A Constituição outorgada em 1824 previa um governo regencial com três membros, sendo assim, foram criadas três correntes políticas: a dos chimangos (que queriam a autonomia para as províncias), a dos restauradores (que eram a favor da monarquia e da centralização administrativa) e a dos farroupilhas (que tinham como objetivo o retorno de D. Pedro I ao trono imperial).

Deve-se dizer, sobre essas afirmações, que:

- a) Todas são corretas.
- b) Apenas II, III e V são corretas.
- c) Apenas I, II e V são corretas.
- d) Apenas II, III e IV são corretas.
- e) Apenas I e IV são corretas.

30. Dentre os municípios abaixo relacionados, todos estão contidos na Microrregião do Vale do Pajeú em Pernambuco, exceto um deles, assinale-o:

- a) Santa Cruz da Baixa Verde
- b) Iguaraci
- c) Afogados da Ingazeira
- d) Serra Talhada
- e) Sertânia

§<

RETIRE NA PARTE PONTILHADA E ANOTE O SEU GABARITO PARA CONFERÊNCIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30